

# Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins  
(Organizadores)

# Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins  
(Organizadores)

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Elisângela Maura Catarino, Paulo Cezar Borges Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-156-5            DOI 10.22533/at.ed.565202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.            3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo.            II. Catarino, Elisângela Maura. III. Martins, Paulo Cezar Borges.            CDD 370.710981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, apresentamos a vocês o volume 1 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Um espaço plural de diálogos, haja vista, a amplitude e abrangência da temática em questão. A Educação, em todos os seus seguimentos é cercada de desafios, e esses, na maioria das vezes vão além dos espaços escolares e estão intrinsicamente ligados a sociedade como um todo.

Uma obra, organizada em 17 capítulos que versam sobre a organicidade e integração da educação em vários contextos e temáticas, trazendo à tona resultados de pesquisas e trabalhos diversos desenvolvidos por pesquisadores nos mais diferentes contextos. Socializar esses resultados, é propagar conhecimentos, que por sua vez, é de vital importância para que a educação cumpra seu papel social.

Uma obra, cercada pela experiência e pela prática de pesquisadores que promovem o diálogo da educação com as tecnologias e seus artefatos, o que pode ser visto, como uma possibilidade de colaboração no aprimoramento de estratégias e aprendizagens, que podem vir contribuir no desenvolvimento de alunos e dos profissionais da educação. A riqueza e amplitude dos capítulos nos leva a refletir sobre: juventude, gênero, violência, assédio, estratégias de ensino, metodologias ativas, gestão, leitura, educação especial, ensino superior, planejamento estratégicos dentre outros. Isto dito, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Elisângela Maura Catarino  
Paulo Cezar Borges Martins

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
IMPORTÂNCIA DE EVENTOS ESCOLARES PARA O COMPLEMENTO DO ENSINO-APRENDIZAGEM DE JOVENS CARENTES	
Annelise Cabral Marina dos Reis Oliveira Gylles Ricardo Stroher Gisely Luzia Stroher	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO TRABALHO: O ASSÉDIO SEXUAL EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL	
Jéssica Schmidt Sheila Kocourek	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
VIVECÊNCIA NA MONITORIA DE MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM NUTRIÇÃO: FORMAÇÃO ACADÊMICA COM RECONHECIMENTO DAS HABILIDADES DOS DISCENTES	
Emanoel Rodolfo da Silva João Paulo dos Reis Gonçalves Nascimento Sebastião Rogério de Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>32</b>
USO DO JOGO DE TABULEIRO GIGANTE COMO METODOLOGIA ATIVA PARA O ENSINO E APRENDIZADO	
Gerlanny Mara de Souza Lopes Arthur Menezes Medeiros de Albuquerque Lucas Ponte Teixeira Danilo Silva Alves Sthefani da Costa Penha Ana Mariany Barreto Cardoso Régia Maria Cordeiro Brito Rebouças Layla Wynny Aragão Lima Martins Leonardo Felipe da Silva Matheus Firmino de Moraes Lia Silveira Adriano Carolinne Reinaldo Pontes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5652029064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
USO DE WEBSITE COMO ESTRATEGIA DE ENSINO NO MÓDULO DE METABOLISMO DO CURSO DE MEDICINA	
Samy Lima Carneiro Hyvinna Suellen de Oliveira Silveira Mateus Bonfim Costa Daniel Kevin de Alencar Forte Feijó Sofia Campelo Pereira Tomás Gurgel Sampaio de Sousa Francisca Dayanne Barreto Leite Fernando Lima Lopes Filho	

Emerson Chaves Correia Filho  
DOI 10.22533/at.ed.5652029065

**CAPÍTULO 6 ..... 45**

UM OLHAR SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Rizolanda Luiza Vauthier

DOI 10.22533/at.ed.5652029066

**CAPÍTULO 7 ..... 59**

UM OLHAR PARA OS NOVOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

Patrícia Torelli Santos Arimura

DOI 10.22533/at.ed.5652029067

**CAPÍTULO 8 ..... 67**

SOCIOLOGIA E LITERATURA NA SALA DE AULA: O RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR NA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JAIR TOLEDO XAVIER

Kassiano César de Souza Baptista

DOI 10.22533/at.ed.5652029068

**CAPÍTULO 9 ..... 75**

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES EM UMA UNIVERSIDADE FEDERAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL: SOB A VISÃO DA TEORIA UNIFICADA DE ACEITAÇÃO E USO DA TECNOLOGIA

Rosana Cláudia Smék Batista

Rosália Maria Passos da Silva

Gleimíria Batista da Costa Matos

Rosalina Alves Nantes

DOI 10.22533/at.ed.5652029069

**CAPÍTULO 10 ..... 94**

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ATENÇÃO MULTIPROFISSIONAL AO AUTISTA (SEAMA) DOURADOS/MS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Kaio da Silva Barcelos

Morgana de Fátima Agostini Martins

Priscila de Carvalho Acosta

Emerson Henklain Ferruzzi

DOI 10.22533/at.ed.56520290610

**CAPÍTULO 11 ..... 99**

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE: A PRÁTICA ARTÍSTICA EM SALA DE AULA

Michael Santos Silva

Juliana Marcondes Bussolotti

DOI 10.22533/at.ed.56520290611

**CAPÍTULO 12 ..... 110**

RECOMPILANDO O FUTURO: O PENSAMENTO COMPUTACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS

Fábio Ventrím Siqueira

Márcia Gonçalves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.56520290612

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
QUE CONTRIBUIÇÕES O PROGRAMA PIBID PROPORCIONOU À FORMAÇÃO DAS ALUNAS PARTICIPANTES?	
Andreza Gessi Trova Margarete Bertolo Boccia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290613</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>135</b>
QUAL O PERFIL DOS ALUNOS QUE QUEREMOS NO ENSINO SUPERIOR?	
Jemmla Meira Trindade Moreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290614</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>145</b>
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A VISÃO DOS ESTUDANTES	
Marília Ribas Machado Andressa Sasaki Vasques Pacheco Alex Fabiano Wehrle	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290615</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>158</b>
PORTAL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS EM UM <i>WEBSITE</i> ACESSÍVEL	
Otávio Soares Papparidis Ligiane Aparecida Florentino Maria Cristina da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290616</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>171</b>
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: O CASO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	
Bruno Ocelli Ungheri Héber Eustáquio de Paula Kelerson Mauro de Castro Pinto Lenice Kappes Becker Oliveira Paulo Ernesto Antonelli Renato Melo Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.56520290617</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>184</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>186</b>

## UM OLHAR SOBRE A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

*Data de aceite: 01/06/2020*

### **Rizolanda Luiza Vauthier**

Doutoranda em Ciências da Educação, pela Universidad Columbia/PY; Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Columbia/PY, Especialista no Ensino da Língua Portuguesa pelas Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão em Pernambuco/BR e Especialista em Gestão Escolar e Políticas Públicas, pela Universidade de Pernambuco/BR; Licenciado em Letras (Português/Inglês), pelas Faculdades Integradas de Vitória de Santo Antão - PE; Docente da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco e da Secretaria Municipal de Vitória de Santo Antão em Pernambuco; Professor da Educação Básica e Gestor Escolar. E-mail: rizolandavauthier@hotmail.com.

**RESUMO:** O artigo teve como finalidade principal, discutir através de revisão bibliográfica sobre a gestão escolar democrática, através de um olhar diferente a partir de vários autores. Deste modo, foi possível observar a importância que a gestão democrática tem dentro do ambiente escolar, pois parte do estímulo de um diálogo entre todos os indivíduos da unidade escolar, envolvendo professores, alunos, coordenadores, conselho de classe, pais, entre outros, nas decisões

que são tomadas, encabeçando e liderando debates para a melhoria da qualidade, inclusão e oferta de ensino com base na plena qualidade e equidade para todos. Teve como objetivo nos trazer uma reflexão sobre o tema em questão como também oportunizar aquisição de conhecimento. A metodologia de pesquisa utilizada é caracterizada por uma revisão bibliográfica a respeito da importância da gestão democrática no ambiente escolar. Ao término deste, concluiu-se que a gestão democrática é de grande valia para a sociedade em que se está vivendo, pois vem viabilizar a educação a seu fundamental lugar, articulando entre os membros envolvidos dentro da escola uma socialização capaz de cooperar para o crescimento social e politicamente para a qualidade plena criada através de um ambiente democrático.

**PALAVRAS-CHAVE:** gestão democrática; escola, família, participação.

**ABSTRACT:** The main use of the article was to discuss the bibliographic review on democratic school management, through a different view from various authors. This way, it was possible to observe the importance that democratic management has within the school environment, as part of the stimulus for a dialogue between all

members of the school community, involves teachers, students, coordinators, class councils, parents, among others, in the decisions that are taken, they lead and lead debates to improve the quality, inclusion and offer of education based on full quality and equity for all. It aimed to bring us a reflection on the topic in question, as well as providing opportunities for knowledge acquisition. A research methodology used is characterized by a bibliographic review and respect for the importance of democratic management in the school environment. At the end of this, he concluded that democratic management is of great value to the society in which he is living, as it makes education possible in its fundamental place, articulating among the members involved in the school a socialization capable of cooperating for social and political growth for a full quality created through a democratic environment.

**KEYWORDS:** democratic management; school, family, participation

## 1 | INTRODUÇÃO

Não se pode falar de gestão democrática, sem destacar a importância da família na escola sem mencionar o que é participação, e qual a sua relevância nesse estudo. Participação quer dizer: “fazer parte de alguma situação, associação, ou grupo”.

Segundo o dicionário Cegalla (2005, p. 646), o verbete participação significa: “1. (...) Ato ou efeito de participar; 2. (...) Que toma parte de algo; 3. (...) Comunicação; 4. (...) Atuação; 5. (...) Direito a fazer parte como beneficiário”.

A gestão pública, ou seja, democrática e participativa na rede escolar tem tido uma importância de valor estimado na luta da democratização e redemocratização do ensino, introduzindo-se na sociedade brasileira como um dos pilares da educação como ganho de todos, já recomendada na Constituição Federal (art. 206, inciso VI) e reafirmada pela LDB de 1996 (art.3, inciso VIII). Assim resultante da crítica ao autoritarismo que vinha sinalizando as relações entre a educação e a sociedade brasileira, no campo das quais as instituições educacionais trazendo como mecanismos de conservação do poder nos contextos gerais, avigorando assim as atitudes patrimonialis no comando do sistema educacional de ensino em todos os seus setores.

A gestão democrática escolar passou a intensificar a descentralização no conceito e execução dos três campos de poder. O fundamento dessa ação foi a criação do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e a criação da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) que, em conjunto, ativeram marcos nacionais para o estabelecimento de políticas educacionais que influenciaram, mediante circunstâncias exclusivas, as políticas nacionais, estaduais e municipais. Assim resultou dessas atitudes a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos 1992-2001 e do Pacto de Valorização do Magistério e da Qualidade da Educação do Ensino Fundamental, na criação do FUNDEF e no conteúdo da Emenda Constitucional nº 14, de 1996. Tais ações constituem um dos fundamentos para a postulação de um Sistema Nacional de

Educação, como também do Plano Nacional de Educação, que foi criado por Lei, por determinação da LDB de 1996.

Para considerar a gestão democrática de ensino é importante a participação e envolvimento de todos os setores colegiados, como o conselho escolar, a associação de pais e professores e o grêmio estudantil, cujas ações desempenham princípios e direcionamento do projeto político pedagógico de cada unidade escolar, buscando assim a autonomia, a representatividade social, ou seja, a formação do cidadão.

As concepções relacionadas à autonomia, à participação, ao envolvimento de todos, à descentralização e regime de colaboração confirmam e valorizam a temática da gestão democrática, cabendo avaliar as referências à autonomia dos estabelecimentos educacionais nas legislações e princípios dos sistemas educacionais de ensino.

De acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP / MEC), com base nos resultados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (2004), afirma-se que a criança cujos pais participam diariamente no cotidiano escolar apresenta um desempenho cognitivo superior em relação à outra cujos pais estão ausentes do processo de ensino e aprendizagem.

A partir do cenário exposto, tem-se como objetivo central do presente artigo, debater sobre a gestão escolar democrática. A fim de mostrar um meio coerente para o desenvolvimento do tema, elenca-se como objetivo específico: trazer uma visão bibliográfica a respeito da gestão escolar democrática como um panorama de mudanças e, debater sobre democracia e diálogo na gestão escolar como uma forma de efetivar a liderança do gestor democrático. O sujeito escolhido no método democrático tem agora uma responsabilidade enorme de construir junto com a comunidade um elo participativo, caminho nada fácil naquela escola que vivia sobre uma pressão arcaica, arbitrária e nada democrática. Professores oprimidos, a comunidade não participava da escola, apenas era convocada quando convinha à direção da escola.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Gestão escolar democrática: um cenário de vivas transformações

A palavra “DEMOCRÁTICA” é uma derivação de democracia, que, por sua vez, tem origem no termo grego antigo *demokratía*, no qual *demo* significa “povo” e *kratia*, “governo”. De forma popular, podemos definir democracia como o “governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Segundo Rios (2010), gestão é a ação de conduzir, gerenciar, administrar. Então subentender que a gestão é um ato administrativo dentro da escola, função que exige competência de direção organizacional para que todas as ações sejam realizadas de forma dura em tempo e modo imprescindíveis.

Perante essa definição de Rios sobre gestão, é importante também conceituarmos a definição da terminação gestão escolar. Segundo Menezes e Santos (2002) apud Oliveira (2008) conceitua este modelo de gestão, particular das criações de ensino como:

[...] relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos.

A observar as competências acima descritas, não podemos deixar de pensar no gestor escolar, pois o diretor é o indivíduo de tamanha importância para o gerenciamento nas unidades escolares, quer sejam elas públicas ou privadas. Não esquecendo que o envolvimento de todos no processo de gerir é extremamente importante para que se dê a efetivação da gestão democrática e participativa.

Pós Ditadura Militar (1964 - 1985), com a reabertura político-democrática, o Brasil com, a Constituição Federal de 1988, chegou a definir a “gestão democrática do ensino público como forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, vem reforçar esse princípio, acrescentando apenas “e a legislação do sistema de ensino” (Art. 3º, Inc. VIII). Desde então, esse tema se tornou um dos mais discutidos entre os estudiosos da área educacional.

A LDB, em seus artigos 14 e 15, apresentam as seguintes determinações, no tocante à gestão democrática:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

**A LDB também faz referência acerca da gestão democrática no artigo abaixo:**

Art. 9º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Segundo Vieira (2005), os artigos da LDB citados acima declaram que a gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino traz um grande benefício em relação à autonomia às instituições federadas e/ou escolares. Para definirem, em harmonia com suas especificações, formas de operacionalização da gestão, com a

participação dos profissionais da educação envolvidos, e de toda a comunidade escolar.

Para Vieira (2005), a Gestão Democrática é uma forma de conduzir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia. Essa forma de gestão representa um relevante e necessário desafio na operacionalização das políticas de educação e no dia a dia da escola com a família.

O envolvimento da família com a gestão democrática escolar tende a melhorar muito situações negativas no ambiente da escola. O aluno passa cada dia por um processo evolutivo, porém diferenciado. Alguns aprendem lentamente, outros com bastante facilidade, outros até estudam, mas nada absorvem, e são muitos os casos que necessitam de atenção. Nessa hora, é de fundamental importância que a família tenha a ética aliada com a gestão escolar para avaliar particularmente o papel desse estudante dentro desse imenso processo.

De acordo com Coelho (1999), cada indivíduo apresenta uma necessidade, uma história, uma postura, uma expectativa diversificada em relação ao outro, inclusive quando nos referimos à família, à escola, ao professor, ao meio em que vive.

Então, quando se fala da relação entre a gestão democrática escolar, a família e a escola devem perceber a criança dentro de sua realidade, o que ela dispõe de conhecimento formal ou informal, de que forma ela aprende e produz o que aprende, como se transforma nas muitas fases da vida. É necessário que a família tenha realizado seu papel nos primeiros anos de vida, a princípio, para que os estudantes reflitam de forma natural que a escola tem um papel, que é desenvolver seu conhecimento e entender que ele está em processo de construção de habilidades e competências. Sem uma gestão democrática, família e escola podem compartilhar do mesmo foco da vida do aluno, seu processo ensino-aprendizagem.

Portanto, uma escola que se rege pela “gestão democrática” é uma escola em que, dentro do possível, todos envolvidos no processo educacional, professores, direção, pais, alunos, funcionários, equipe pedagógica e comunidade, de forma coletiva estão inseridos em um processo pedagógico, visando de certa forma o bem comum em relação a sua missão. Uma gestão que queira ser democrática precisa ter claro que a tomada de decisões, sua execução e sua avaliação devem envolver um número cada vez maior de pessoas.

Ainda que as lutas em favor da democratização da educação pública e qualitativa sejam uma parte importante das reivindicações de distintos e variados segmentos da sociedade, há algumas décadas, as mesmas lutas se tornaram mais intensas, especialmente desde a década de 1980, como um resultado da aprovação do princípio de gestão democrática na educação, por meio da Constituição Federal de 1988.

Frigotto (2000), explica que a gestão democrática, compartilhada e participativa são termos, ainda que não limitados ao âmbito educacional, que formam parte de uma luta de educadores e de movimentos sociais que foram organizados a fim de defender um projeto

educacional público com qualidade social e também democrática.

Esse mecanismo constitucional que, como explica Frigotto (2000), estabelece princípios para a educação brasileira. Entre eles estão a obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e a gestão democrática, todos regulamentados por meio de leis complementares.

Foi a partir da década de 1990 que a gestão escolar passou a ter certas autonomias no ambiente educacional, bem como seu debate se estendeu para outros meios sociais. As discussões sobre o papel representado pela gestão escolar sempre foram discrepantes sobre diversos aspectos, mas nunca sobre a importância que esta exerce na qualidade do ensino.

Desde 1990, não só no Brasil, as reformas da educação passaram a acontecer em diversos países, e a pretensão com estas era a modernização do sistema educacional de ensino.

Fazendo viés a essa renovação no âmbito educacional, que foi iniciado pela constituição federal e efetivado por meio das práticas de gestão escolar, na década de 1990, Frigotto (2000) aponta que uma das leis complementares mais importantes para doutrinar o âmbito educacional foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que estipula e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Agregado a esse mecanismo, a fim de cumprir o art. 214 da Constituição Federal, que dispõe sobre a formulação de um plano nacional de educação (PNE), a fim de resguardar os princípios constitucionais e, inclusive, da gestão democrática.

Dessa forma, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), além do conselho escolar, passou a oferecer meios para que o modelo de gestão democrática propiciasse a participação da comunidade escolar de fato como fator crucial para que a gestão escolar ganhasse caráter democrático. Os instrumentos do projeto pedagógico devem levar em consideração que tratam com matéria humana. Cada aluno, cada professor, e cada família constitui um indivíduo com pensamentos próprios e carregam uma carga de vida diferente das outras, bem como possui uma personalidade e caráter, uma vez que constitui um ser social, a ser moldada através da educação.

Quando se trata da discussão da democratização da gestão escolar, nota-se a busca por alternativas que transportam este novo modelo de gestão para o ambiente das escolas, que tanto necessita delas. Isto se dá através da adoção de posturas renovadas, e da relação que o gestor estabelecerá com a comunidade escolar. Também com indivíduos pertencentes a uma mesma unidade social.

Segundo Moysés (2007), existe na gestão escolar uma preocupação tamanha acerca dos índices de evasão escolar e também da repetência, especialmente nas escolas públicas. Tais índices que demonstram a falta de qualidade refletida na educação de todo o país. Segundo o autor, o Brasil, assim como diversos países da América Latina,

se encontra comprometido com a promoção de reformas educacionais no sentido de melhorar a situação do ensino público, que se encontra extremamente desfavorável sobre a escolarização e os níveis de ensino básico, em comparação aos países desenvolvidos.

Neste âmbito, insere-se a importância da ética profissional, que deve ser permeada na gestão escolar. Sendo assim, o maior compromisso do gestor consiste em um empenho constante sobre sua equipe, no que tange ao planejamento e organização de propostas criativas e inovadoras para o ensino e as atividades escolares. Representando a administração do ensino, o gestor deve manter uma orientação sobre seu corpo docente no sentido das práticas disciplinares que levem em consideração o contexto onde se insere o aluno.

Gracindo (2007) explica que a gestão democrática se apresenta então como uma das formas mais adequadas de gerenciar a educação em qualquer nível. Ainda aponta que a democratização da educação é possível por meio da abertura da escola, para acesso irrestrito da comunidade a esse espaço, assegurando a permanência dos estudantes no processo educativo.

Também aponta que é preciso ofertar uma educação com qualidade social, referenciada e com a disponibilidade de espaços para que haja o exercício da democracia. Assim, o gestor democrático se torna peça central para a gestão democrática. Por sua vez, será resultante da postura democrática de diversos segmentos que fazem com que a educação e sua efetivação envolvam diversos elementos que são indispensáveis, como a participação, autonomia, pluralidade e transparência.

A gestão democrática nos sistemas públicos de ensino brasileiro foi aprovada no ano de 1988 pela Constituição Federal consolidada pelos artigos 205 e 206, que declara que a educação brasileira é direito de todos e dever da família e do Estado. Visa ao desenvolvimento do indivíduo, o exercício da cidadania e a qualificação do trabalho. Dessa forma, o ensino deve ser baseado nos princípios seguintes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais do ensino; gestão democrática do ensino público, na forma da lei; garantia de padrão de qualidade. (Artigo 206 da Constituição Federal).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394), em 1996, regularizou o contido na Constituição Federal acima citada, e ampliou o rumo da democratização, prescrevendo, em seu inciso I art. 13, a participação dos profissionais e da comunidade na elaboração da proposta pedagógica da escola. No artigo 15 do mesmo inciso, aponta para uma progressiva conquista da autonomia pedagógica e administrativa das instituições escolares. É importante notar que a ideia de gestão educacional desenvolve-se associada a outras ideias advindas com a globalização, como também das dinâmicas em educação, como

o destaque a sua dimensão política e social, ação para a transformação, globalização, participação, práxis, cidadania etc.

Refletir e contribuir para o aprimoramento da vida socioafetiva dos estudantes faz-se fundamental para que as necessidades cognitivas sejam sanadas na sua vida escolar.

Em 1988, a Constituição Cidadã formalizou a Gestão Democrática ao Ensino Público no Brasil, tornando-a, assim, fundamental para o rumo da história da educação no Brasil. Antes, era baseada nos aspectos administrativos, e atualmente é um modelo voltado para as ações democráticas e participativas dentro do contexto escolar.

Bossa (2000) diz que o apoio da família na gestão escolar se torna indispensável, pois suas ações contribuirão de forma individual e coletiva no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Todos que formam o ambiente escolar devem está envolvido no processo educacional, e estejam cientes de que possuem sua parcela de participação nessa construção de promover a disseminação do conhecimento.

Perante tudo isso, apropriar-se do papel da Gestão Democrática no ambiente escolar traz a necessidade de compreender as dimensões dos fatos históricos e os percalços que definem a cultura de um povo, que vão sendo responsáveis pelo progresso de suas ações educativas ao longo do processo.

Na pós-modernidade, a gestão escolar democrática tem como foco principal a participação da família e de toda a comunidade escolar para tomada de direcionamentos, para que o processo educativo ocorra de forma favorável. Essa ação colaborativa desenvolve um trabalho significativo que favorece a qualidade do ensino, como também um espaço democrático, capaz de tornar todos os estudantes cidadãos participantes ativos. Trabalho significativo esse que só a relação entre a gestão escolar democrática, família e escola pode promover no processo pedagógico educacional, favorecendo uma conexão participativa na comunidade escolar.

Segundo Gadotti, há dois motivos que justificam a instituição de um processo de gestão democrática na escola pública:

- Formar para cidadania: passo importante no aprendizado da democracia;
- O seu ensino: a participação na gestão da escola induzirá um melhor conhecimento de funcionamento da escola e de todos os seus envolvidos; propiciará uma parceria permanente entre professores e alunos, o que leva ao conhecimento mútuo.

Portanto, gestão escolar democrática e família são indiscutivelmente inseparáveis para o crescimento cognitivo, ou seja, no processo ensino-aprendizagem do aluno.

Frigotto (2000) explica que a gestão democrática, compartilhada e participativa são termos que, ainda que não sejam limitados ao âmbito educacional, formam parte de uma luta de educadores e de movimentos sociais que foram organizados a fim de defender um plano educacional público com propriedade social e também democrática.

Ainda que as lutas em favor da democratização da educação pública e qualitativa sejam

uma parte importante das reivindicações de distintos e variados segmentos da sociedade, há algumas décadas, as mesmas lutas se tornaram mais intensas, especialmente desde a década de 1980, como um resultado da aprovação do princípio de gestão democrática na educação, por meio da constituição federal de 1988.

Esse mecanismo constitucional que, como explica Frigotto (2000), estabelece princípios para a educação brasileira, sendo que, entre eles estão: a obrigatoriedade, gratuidade, livre-arbitrio, equidade e a gestão democrática. Todos regulamentados por meio de leis complementares.

Foi a partir da década de 1990 que a gestão escolar passou a ter certas autonomias no ambiente educacional, bem como seu debate se estendeu para outros meios sociais. As discussões sobre o papel representado pela gestão escolar sempre foram discrepantes sobre diversos aspectos, mas, nunca sobre a importância que esta exerce na qualidade do ensino.

A partir da primeira reunião na escola citada, vem a segunda, agora a comunidade é recebida com uma indagação, como melhorar a escola, a aprendizagem dos estudantes, o convívio entre pais e professores, professores e estudantes e a comunidade escolar com a gestão. Observa-se que não havia mais espaço para o EU autoritário, mas a visão de que todos são e fazem a escola. Não há espaço para partidarismo, mas a responsabilidade que a semente plantada não era responsabilidade do diretor, dos professores, dos funcionários, dos estudantes ou pais e responsáveis, mas de todos com a mesma visão ampliada sim, compartilhada sim, mas acima de tudo de responsabilidade de toda a comunidade escolar.

Quando as reformas da educação passaram a acontecer, desde os anos 1990, não só no Brasil, mas em diversos países, a vontade com estas era a atualização dos códigos educacionais. E a fala que se fazia em todas as unidades escolares que acederam à reforma examinava para além da ação, também os princípios e desígnios aos quais se davam ao sistema educacional, especialmente a educação pública e em seu aspecto democrático, ou seja, popular.

Fazendo viés a essa renovação no âmbito educacional que foi iniciado pela constituição federal e efetivado por meio das práticas de gestão escolar, na década de 1990. Frigotto (2000) aponta que uma das leis complementares mais importantes para doutrinar o âmbito educacional, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) que estipula e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino. Agregado a esse mecanismo, a fim de cumprir o art. 214 da constituição federal, que dispõe sobre a formulação de um plano nacional de educação (PNE), a fim de resguardar os princípios constitucionais e, inclusive da gestão democrática.

A educação se apresenta então como uma prática histórica e social que tem a função de traduzir e fazer praticar as ideologias e concepções de uma sociedade para

aqueles que estão formando-se a fim de formar parte dela. Sobre este aspecto: Quando se trata da discussão da gestão democrática escolar, nota-se a busca por alternativas que conduzam este novo padrão da gestão para o ambiente das unidades escolares, que tanto necessitam delas, isto se dá através da adoção de estilos renovados e da relação que o gestor formará com a grupo escolar, tal como sujeitos pertencentes a uma mesma unidade social. Através desta ótica Luck et al. (2005, p. 9) afirmam que:

Compreende-se como educação àquela que tem o objetivo de formar um indivíduo para a vida em sociedade e que esteja capaz para o exercício da cidadania, este fator dirige a equidade da educação. Portanto, o entendimento da cidadania, assim como da democracia, parte da visão da autonomia, fator que versa no maior desafio dos gestores escolares nos dias atuais.

Bordignon e Gracindo (2004) explicam então que, quando se trata de administração ou gestão da educação, os termos são utilizados, por vezes, como sinônimos no âmbito educacional, ao passo que outras vezes são apresentados como coisas diferentes. Para os autores, avaliar a gestão da educação, seja desenvolvida na escola ou então no sistema municipal de ensino, infere na realização de uma reflexão sobre políticas de educação.

Isso acontece pela existência de uma relação intrínseca e intensa entre escola e família, já que a gestão transforma as metas em objetivos educacionais e, logo, em ações, oferecendo uma concretude para as direções e diretrizes que são traçadas por parte das políticas. De forma que a gestão, quando compreendida enquanto um processo de ordem político-administrativa, depara-se com um desafio de entendimento desse processo no contexto educacional, a partir de conceitos de sistemas e de gestão escolar.

## **2.2 O gestor escolar: atuando em busca da democracia**

A escolha do tema deve-se pela relevância do papel que este profissional desempenha no conjunto da engrenagem que faz uma escola funcionar, pois a escola tem a cara da sua equipe administrativa em especial a do seu gestor. O diretor da escola citada vem fazendo há mais de 03 anos um trabalho incansável para conscientizar a comunidade escolar da necessidade de uma gestão participativa, pois ele tem a certeza que sozinho não faz nada. Ele tem buscado fazer um trabalho diretamente com sua gestão e principalmente com os pais, através de roda de conversa, palestras motivadoras, grupo focal para procurar traçar estratégias para conseguir alcançar pais que se integrem no dia a dia escolar dos seus, buscando sempre a aprendizagem, dia da família na escola. Nota-se que o professor se expressa muito bem, porém não fez o curso de pedagogia; mas tem procurado se especializar em gestão educacional e procura sempre se capacitar.

Segundo Moysés (2007) existe na gestão escolar uma preocupação tamanha acerca dos índices de evasão escolar e também da repetência, especialmente nas escolas públicas. Tais índices que demonstram a falta de qualidade refletida na educação de todo o país. Segundo o autor, o Brasil assim como diversos países da América Latina,

se encontra comprometido com a promoção de reformas educacionais no sentido de melhorar a situação do ensino público, que se encontra extremamente desfavorável sobre a escolarização e os níveis de ensino básico, em comparação aos países desenvolvidos.

Neste âmbito insere-se a importância da ética profissional, que deve ser permeada na gestão escolar. Sendo assim, o maior compromisso do gestor consiste em um empenho constante sobre sua equipe, no que tange planejamento e organização de propostas criativas e inovadoras para o ensino e as atividades escolares. Representando a administração do ensino, o gestor deve manter uma orientação sobre seu corpo docente no sentido das práticas disciplinares que levem em consideração o contexto onde se insere o aluno.

Considerando ainda seus conhecimentos, experiências e pensando-o como um sujeito ativo, autor e coautor de sua própria história. Contudo, é observado que os cursos de pedagogia por si só não são o bastante para preparar o profissional gestor para este cenário educacional contemporâneo. Sendo assim, este profissional por si deve buscar o complemento necessário para sua atuação, até porque seu preparo político faz-se importante nesta realidade.

Isto se dá porque a escola possui um papel social fundamental a cumprir, deste modo, considerando este ponto de vista, o insucesso escolar poderia ser superado partindo de transformações de cunho político-administrativo ao passo que resgatassem ainda a dignidade do docente, com a oferta de condições de trabalho mais favoráveis, melhoria salarial, infraestrutura escolar, entre outros aspectos que auxiliariam na qualidade do ensino.

A experiência escolar não é um elemento meramente ofertado, mas sim construído através de múltiplas condutas que os alunos assumem perante tais funções, isto é, a história dos encontros e dos desencontros entre alunos, escolares e professores, que são responsáveis pela difusão de uma imagem preconcebida de alunos contra a escola. Sendo assim, para evitar elementos que afastem o aluno da escola, a escolha de um gestor escolar eficiente culmina nos resultados favoráveis perante o corpo docente, o que interfere, conseqüentemente na formação educacional do mesmo, na transmissão do currículo e das disciplinas e na satisfação dos alunos com as aulas.

Porém, para além de responsabilidade do gestor no fomento e acompanhamento dos docentes neste processo, também é entendido que a responsabilidade deve ser compartilhada com a sociedade, que deve tomar parte do processo pedagógico das escolas, uma vez que a formação educacional com qualidade será o reflexo da formação de uma sociedade mais capaz de organizar-se na resolução de problemas futuros.

Gracindo (2007) explica que a gestão democrática se apresenta então como uma das formas mais adequadas de gerenciar a educação, em qualquer nível. Ainda aponta que a democratização da educação é possível por meio da abertura da escola, para acesso irrestrito da comunidade a esse espaço, assegurando a permanência dos estudantes no

processo educativo.

Também aponta que é preciso ofertar uma educação com qualidade social, referenciada e com a disponibilidade de espaços para que haja o exercício da democracia. Assim, o gestor democrático torna-se peça central para a gestão democrática que, por sua vez, será resultante da postura democrática de diversos segmentos que fazem com que a educação e sua efetivação, envolvam diversos elementos que são indispensáveis, como: participação, autonomia, pluralidade e transparência.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo permitiu enraizar informações sobre a gestão democrática. Compreende-se que a gestão democrática da educação pública é um assunto largamente discutido nos diferentes segmentos sociais e exige a reformulação da atitude do gestor que cumpra as condições necessárias para esta nova ação gestora.

A educação democrática tem como objetivo principal formar cidadãos críticos envolvidos em ações que farão parte de uma comunidade reconstituída, consciente e capaz de participar, criticar, pensar e atuar de modo responsável e de acordo com uma atitude democrática.

Para que a gestão escolar torne-se democrática e participativa é preciso contar com todos os envolvidos dentro da comunidade escolar participando de maneira, não passiva como é de costume, mas ativa. As decisões tomadas sobre o ensino e aprendizagem do estudante, a elaboração e fiscalização de uma medida pedagógica venham ser atitudes de certas medidas que caminhem para a busca sempre da gestão participativa e democrática.

Ao observarmos a história da gestão escolar no Brasil, compreende-se que se teve muitos avanços relevantes em direção ao processo de democratização da gestão escolar pública, seja através de transformações conceituais (de diretor para gestor) seja por mudanças atitudinais (do autoritarismo e centralização para a busca de parcerias e descentralização do poder). Portanto, é importante compreender a gestão democrática como um artifício da administração onde todos os envolvidos da comunidade escolar estão submergidos na busca do avanço educacional nas unidades escolares seja pública ou particular de ensino. Assim, as dificuldades e frustrações encontradas na escola não são mais do gestor, do coordenador, do professor ou algum indivíduo específico, mas sim de todos envolvidos nesse momento de transformação como alunos, pais, funcionários e toda comunidade escolar.

Recomenda-se então que para que a gestão democrática se concretize, é necessário que todos envolvidos nesse processo, dentro da unidade escolar, apontem meios de como trazer a conscientização de mudança, primeiramente da comunidade escolar, transformando assim em um ambiente favorável; usar medidas para que os estudantes se envolvam, através de uma participação que incentive essa compreensão; os pais se

envolvam de forma favorável à escola. Não apenas para acompanhar o rendimento escolar, as notas ou comportamento de seu filho, mas de uma forma que possam ajudar da melhor maneira possível, sendo eles chamados à unidade escolar por motivos de integração, de participação, cooperação e compromisso com a qualidade de ensino desenvolvida na instituição, através de conversas, discussões, diálogos, opiniões coerentes; o profissional de educação deve buscar se aperfeiçoar constantemente, para que possa agir com confiança, estímulo, segurança, com o objetivo de beneficiar um ensino aprendido com condição de qualidade para transformar meros indivíduos em cidadãos críticos e não meros repetidores de informações, mas que através dessas atitudes venham transmitir o conhecimento de maneira responsável, consciente e satisfatória para a constituição de uma sociedade participativa, democrática e solidária.

Entende-se que a mudança de um paradigma complexo não é uma tarefa fácil, mas muito difícil, porque envolve seres humanos, transformar atitudes e ações em prol de todos, então sempre haverá dependendo do pensamento de cada envolvido uma ação ambígua, porém possível, no entanto capaz de gerar discussões jamais inacabadas; mas possível de transformar atitudes, visões diferenciadas, capaz de mudar o pensamento humano em sonhos utópicos em realidade.

O papel do gestor escolar é de um protagonista, capaz de mediar conflitos e orientar atitudes participativas, servindo de alicerce para trazer harmonia entre todos os membros da comunidade, também deverá ter a iniciativa de incentivar ideias criativas e inovadoras para alterar a gestão escolar em democrática. Então chega-se a concluir que seu papel dentro dessa gestão é de extrema importância.

Foi possível concluir então que este artigo cumpriu os objetivos previstos, uma vez que não era fadigar o assunto, mas sim ampliar um olhar sobre a gestão democrática, através de uma revisão bibliográfica.

## REFERÊNCIAS

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2004.

DUBET, F.; MARTUCCELLI, D. **A socialização e a formação escolar**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 40/41, p. 241-266, jul./dez. 1997.

FERREIRA, N. S. C. (Org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

FONSECA, J. P.; et al. Planejamento educacional participativo. In: revista da Faculdade de educação. São Paulo, v. 21, nº 1, pp. 79-112, jan/jun. 1995.

FRIGOTTO, G. A formação e profissionalização do educador: novos desafios. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. (Orgs) escola S.A.: quem ganha e quem perde no Mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

\_\_\_\_\_. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

GIL, A. L. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRACINDO, R. V. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: UnB, 2007.

HORA, D. L. Gestão democrática na escola. São Paulo: Papyrus, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LÜCK, H. A evolução da gestão educacional a partir de mudança paradigmática. 2009. Disponível em: <<http://progestaoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolucao-da-gestao-educacional-h-luck.pdf>>. Acesso em: jun. 2016.

\_\_\_\_\_.; et.al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. 5ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

MENDES, Valdelaine. Democracia participativa e educação: a sociedade e os rumos da escola pública. São Paulo - SP: Cortez, 2009.

MORETTO, V. P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de Competências. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

MOYSÉS, L. M. **O desafio de saber ensinar**. 12ª ed. São Paulo: Papyrus, 2007.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2001.

RIOS, Dermival Ribeiro. Minidicionário escolar de língua portuguesa. São Paulo – SP: DCL, 2009.

SANTOS, V.; CANDELORO, R. J. Trabalhos acadêmicos uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

SOARES, E. B. S.; et al. Análises de Dados Qualitativos: Intersecções e Diferenças em Pesquisas Sobre Administração Pública. In: III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade. Paraíba, 2011.

VEIGA, I. P. A. (Org.) Projeto Político Pedagógico: Uma Construção Possível. Campinas/SP: Papyrus, 1997.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade Web 158, 159, 160, 161, 167, 168

Aprendizagem Baseada Em Projetos (ABP) 59, 63

Aprendizagem Significativa 28, 33, 114

Assédio Sexual 11, 12, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24

Atuação Profissional 13, 99, 100, 101, 103, 104, 107

Avaliação 9, 21, 28, 47, 49, 59, 62, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 96, 97, 98, 100, 114, 118, 119, 120, 124, 125, 128, 136, 138, 140, 141, 144, 151, 156, 167, 169, 174, 181

### D

Deficiência Visual 158, 159, 160, 161, 162, 168, 169

Disciplinarização 59, 60

Docência 26, 30, 36, 67, 107, 108, 122, 123, 124, 125, 131, 132, 133, 134

### E

Educação A Distância 40, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 156, 157

Educação Escolar 67

Educação Prisional 110

ENEM 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

Ensino Básico De Ciências 1

Ensino Superior 7, 8, 36, 67, 111, 124, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 153, 155, 156, 184

Escola 1, 3, 7, 8, 9, 30, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 102, 112, 120, 121, 123, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 147, 149, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184

Experiência 26, 29, 32, 34, 36, 37, 43, 55, 63, 67, 68, 69, 70, 79, 83, 84, 90, 91, 101, 102, 108, 114, 121, 123, 129, 130, 131, 184

### F

Família 2, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 54, 96, 130

Feira de Ciências 1, 3, 5, 6

Formação de Professores 99, 100, 105, 108, 122, 127, 131, 134

Formação Inicial 100, 108, 109, 123, 125, 127, 131, 132, 133

### G

Gestão 11, 18, 22, 23, 24, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 77, 78, 80, 81, 82,

92, 93, 134, 142, 146, 147, 149, 150, 156, 157, 164, 171, 173, 175, 176, 177, 183

Gestão Democrática 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

## I

Inclusão 5, 23, 26, 40, 41, 45, 125, 159, 160, 161, 166, 169, 181, 184

## J

Jogo De Tabuleiro 32, 34, 36

Jovens 1, 3, 4, 6, 7, 8, 63, 69, 102, 106, 113, 120, 135, 138

## L

Literatura 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 112, 147, 177

## M

Metodologias Ativas 33, 36, 37, 66

Monitor 30, 33, 34, 36, 43, 148, 149

## P

Participação 5, 7, 13, 14, 16, 22, 26, 28, 29, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 63, 99, 101, 106, 107, 122, 125, 126, 127, 131, 132, 139, 158, 159, 161, 177, 180, 182, 183

Pensamento Computacional 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121

PIBID 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 132, 133

Planejamento Estratégico 77, 78, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183

## Q

Qualidade 1, 3, 6, 8, 9, 29, 42, 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 94, 96, 98, 113, 125, 131, 135, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 176, 179, 180

## S

Saberes 26, 29, 30, 33, 36, 61, 64, 66, 95, 99, 102, 105, 108, 123, 126, 128, 129, 132, 133, 134, 176

Saberes Docentes 99, 108, 123

Serviço Especializado 94, 95, 96

Sociologia 24, 30, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 185

## T

Trabalho 2, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 34, 40, 51, 52, 54, 55, 58, 62, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 75, 76, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 102, 105,

106, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 142, 143, 150, 157, 160, 164, 166, 171, 177, 178, 181, 182

Transtorno do Espectro do Autismo 94

## U

Universidade 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 11, 12, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 45, 67, 75, 76, 82, 84, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 122, 133, 134, 137, 140, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 152, 155, 156, 157, 158, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

## V

Violência Contra as Mulheres 11, 12, 14, 15, 16, 24

## W

Website 38, 39, 40, 41, 42, 43, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**